



Anais da Assembléia

Nº 56

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 82ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Otássio Pereira e Dácio Leonel.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglia, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença dos 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 09/77, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a Vila das Crianças João XXIII, com sede na cidade de Joaquim Távora. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 09/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a Vila das Crianças João XXIII, com sede na cidade de Joaquim Távora, município do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A Vila das Crianças João XXIII, com sede na cidade de Joaquim Távora, tem como finalidade amparar as crianças órfãs, com alimentação, educação.

A documentação inclusa comprova a personalidade jurídica.

É uma obra de amplo aspecto. ... de 40

crianças, educando-as em regime de internato.

Consideramos uma medida justa, a aprovação do projeto em pauta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 09/77

O plano de lei em exame, tem por objetivo declarar de utilidade pública a "Vila das Crianças João XXIII", com sede na cidade de Joaquim Távora, neste Estado.

Considerando a nobre proposição do Deputado Francisco Escorsin e analisando os documentos anexos, somos de parecer que foram atendidas as formalidades legais, estando em condições de ser aprovada pela Casa.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 19, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 09/77.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Adalberto Daros.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglia, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. após manifestação do Plenário, e nos termos do artigo 105 e seguintes do Regimento Interno, regime de urgência para o Projeto de Lei número 51/75, que trata da estrada São Mateus do Sul-São João do Triunfo-Palmeira.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FRANCISCO MARINHO DE ANDRADE, ex-Vereador e político atuante da cidade de São João do Caiuá.

O extinto que gozava naquele município de grande estima, era político idealista e humanitário. A sua grande preocupação prendia-se ao setor da Assistência Social. Como Vereador ou simplesmente político o "Velho Chico" Marinho, patrocinava a causa dos menos favorecidos junto aos órgãos municipais ou estaduais, objetivando a solução de seus problemas.

São João do Caiuá sentiu o seu desaparecimento e a Assembléia Legislativa associa-se às manifestações de pesar daquela comunidade.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, através da Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de louvor para com a 18ª Inspeção Regional de Ensino de Londrina e com os professores Carlos Vidal, Kazushige Tanno, Gilson Vital Moraes, Marival Mazzio, Edson Campos, Ângelo Takahara e Nédio Domingues, pelo idealismo e pelo trabalho que desenvolveram, no sentido de que os estudantes londrinenses pudessem participar dos Jogos Estudantis realizados na semana passada na cidade de Apucarana.

Ocorre, que não tendo recebido nenhum auxílio da Prefeitura Municipal de Londrina, através da Autarquia Municipal de Esportes, seja na concessão de conduções e uniformes, essa brava equipe de professores conseguiu fazer com que os estudantes londrinenses não ficasse ausentes da competição.

Pelo idealismo, pelo entusiasmo, pelo esforço desenvolvido, sem fazer merecedores desta homenagem.

Pede-se que da decisão desta Casa seja dado ciência à Inspeção Regional de Londrina e ao Sr. Secretário da Educação.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de louvor para com o município de Castro, pela sua brilhante participação nos Jogos Estudantis, recentemente realizados na cidade de União da Vitória.

É justa a homenagem, face ao total apoio dado pelo Prefeito daquele município, Dr. Ronie Cardoso, que proporcionou

todas as condições para que o município fosse à União da Vitória, bem assim pelo excelente resultado alcançado quer no setor masculino, quer no setor feminino, onde os estudantes castrenses obtiveram os títulos de campeões e vice-campeões, em cada uma das categorias.

Pede-se que da decisão da Casa se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal de Castro e à Câmara de Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando providências no sentido de que seja construído um novo prédio para a Delegacia Regional de Polícia de Maringá.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O prédio que abriga a Delegacia Regional de Polícia de Maringá, é de construção antiga, abrigando além das dependências da Delegacia Regional de Polícia, Cadeia Pública, Posto de Identificação e várias outras repartições. Com pouco espaço para acomodação dos detentos que aguardam julgamento, não condiz com a atual campanha da Secretaria de Justiça do Estado, que procura dar melhores condições de recuperação aos encarcerados. As demais repartições, contidas no mesmo prédio, também carecem de melhores acomodações, não mais se justificando, que uma cidade do porte e importância de Maringá, continue com instalações tão acanhadas e insuficientes às suas finalidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sugerindo, assim como foi feito em outras áreas urbanas, efetue-se a pavimentação asfáltica do acesso ao Distrito Água Boa, Município de Paissandu, no trecho compreendido entre a Rodovia Oswaldo Pacheco de Lacerda, até a Estação Rodoviária da sede Distrital.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Água Boa, no Município de Paissandu, está localizado à margem da Rodovia Oswaldo Pacheco de Lacerda, aproximadamente oito (8) quilômetros da sede do município. Região densamente povoada, sede em franco desenvolvimento, Água Boa não pode ficar sem a pavimentação do acesso, reivindicação antiga de seu povo e que merece ser atendido de imediato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Paulo Carneiro Ribeiro, no sentido de gestionar junto ao BRDE — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, para ser restabelecido financiamento ao pequeno agricultor com recurso do referido estabelecimento através repasse para a ACARPA.

É que, anteriormente, pequenos agricultores do Paraná vinham recebendo através da ACARPA, pequenos créditos financeiros em projetos de pequena lavoura por ela mesmo assistidos, cujo recurso provinha do BRDE.

A experiência vinha trazendo grandes benefícios, não só à economia individual, mas também influenciando e contribuindo decisivamente na economia dos próprios municípios, sabido como é que muitos deles têm a sua base econômica sustentada nas pequenas lavouras.

De sorte que, a supressão desses financiamentos está causando sérios danos e desalentos a muitos pequenos lavradores, fato que tem sido constatado pela ACARPA, especialmente na região centro-oeste do Estado.

Entendemos que a providência é salutar no sentido de atender aos pequenos produtores que são, exatamente, os mais carentes de recursos e, por uma forma mais prática como a que decorre da assistência através a ACARPA, cuja reconhecida eficiência tem demonstrado auspiciosos resultados a esse setor da economia.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977.

(a) LINEU TURRA

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 55/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Poder Executivo adquirirá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, duas viaturas de combate a incêndios, para o destacamento do Corpo de Bombeiros do município de Paranaguá.

Art. 2º — As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do Orçamento Anual através do código 2301.07401832.335 — órgão — Administração Geral do Estado — unidade — Encargos Gerais do Estado.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977.

(aa) ACCIOLY NETO

ENÉAS FARIA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa trazer maior segurança à família paranguara, que tem sido constantemente abalada em virtude de incêndios ocorridos naquela localidade.

Leve-se em consideração que o destacamento do Corpo de Bombeiros de Paranaguá possui apenas duas viaturas, em precárias condições de funcionamento, para dar atendimento a uma população de quase 100.000 habitantes, e abriga, ainda, um complexo terminal de armazenamento de combustíveis, que constitui grande motivo de apreensão da população.

Pelos fatos expostos, estamos certos que o presente projeto de lei merecerá a acolhida dos dignos Pares com assento nesta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, para esclarecer sobre um memorial que encaminhamos à Mesa dia 12 e que recebeu o apoio desta Casa e foi aprovado, cujo memorial é dirigido ao Secretário de Educação relativamente às salas de aula, no município de Guaraniaçu. Ocorre que entregamos também à imprensa presente nesta Casa, cópia do memorial a fim de que fosse dada uma nota a público para conhecimento do povo em geral, e vemos que um e outro jornal distorceram um pouco o que realmente estava escrito nesta nota. E disse que nós fizemos críticas ao Governo do Estado relativamente a construções de salas de aulas, no município de Guaraniaçu. Realmente, houve um levantamento por parte do novo Prefeito eleito, por solicitação dele, pela Inspeção de Ensino, e se constatou naquele município que havia necessidade e há necessidade de constru-

ção de salas de aulas.

Outros memoriais, nós apresentamos aqui nesta Casa no mesmo sentido solicitando a construção de salas de aulas no próprio município de Guaraniaçu. E tem recebido todo o apoio do Governo do Estado. E foram construídas as salas de aulas no município de Guaraniaçu, no ano de 76, foram construídas lá, naquele município; no Grupo Escolar José Bonifácio, a criação de 3 salas de aulas e demais dependências também de alvenaria. Em Diamante, município de Guaraniaçu, para construção de 3 salas de aulas e 6 dependências. Em Guaporé, também município de Guaraniaçu, a construção de 5 salas de aulas e demais dependências.

Construção de mais 4 salas de aulas; tudo isto foi construído e concluído no ano de 1976.

Nós não tivemos no nosso memorial nenhum objetivo de crítica contra o Governo, porque na realidade o memorial que lemos desta tribuna e que temos em mãos, elogiamos o Governo do Estado pelo seu procedimento, no que diz respeito especialmente à construção de salas de aulas e não só no setor de salas mas sim em todos os setores do Estado, quer no setor de obras rodoviárias do Estado, quer no setor de escolas, de hospitais, quer no setor de telecomunicações. Nós dissemos aqui, desta tribuna, que hoje nós temos no Brasil, no Paraná, um governo integrado, em face de que trabalha no sentido de atingir todos os setores; todas as necessidades do interesse público. Vemos o Governo do Paraná fazer convênios com o Governo Federal, vemos o Governo do Paraná fazer convênio com todos os municípios do Interior, no sentido de construção de escolas, recuperação de prédios públicos; em todos os setores.

De modo que, expressei dessa maneira de que o nosso Governo hoje é um governo integrado. Nunca tivemos no Paraná um Governo que atacasse a todos os setores do interesse público. De modo que temos hoje o atual Governo Jayme Canet Júnior. E temos no setor de Educação o Secretário Francisco Borsari Neto, empenhado. No ano passado, por exemplo, nada menos do que 3 mil salas de aulas, foram construídas neste Estado. Está programado para este ano, mais duas mil salas de aulas.

Realmente constatamos que, em Guaraniaçu, que foi um dos municípios que mais cresceu demograficamente naquela região nos últimos anos, de que há necessidade da construção de todas estas salas de aulas. Tivemos oportunidade de solicitar em memorial aprovado nesta Casa. Mas, não o fizemos no sentido de crítica e, temos certeza, de que o Sr. Secretário de Educação, o Governo do Estado, através da FUNDEPAR, irá atender as necessidades do município de Guaraniaçu.

Conseqüentemente, não procedem as críticas feitas por aquele jornal, dizendo que nós teríamos tecido críticas ao Governo do Estado aqui nesta Casa.

Em absoluto.

Passo a ler até um trecho do memorial que, desta tribuna eu li, e em que dissemos o seguinte:

“Nós nos orgulhamos da mentalidade prática hoje adotada pelo Governo do Estado que num trabalho profícuo, contínuo e integrado, está promovendo em bases sólidas, o Desenvolvimento do Paraná, cujos frutos, temos a certeza nós desfrutamos a curto prazo. Graças às constantes reivindicações que fizemos junto ao Governo, a revolução do trabalho destaca-se, reside na sua preconcebida diversificação, atacando-se todos os problemas prioritários do nosso Estado, não desprezando as necessidades, principalmente dos nossos municípios, em todos os cantos do território paranaense. Saliente-se, nesta Casa, o nobre esforço a ser concedido à unidade paranaense, convergindo todos os seus habitantes numa campanha de consagração e exaltação do nosso Estado. Colocando em destaque merecido dentro do cenário nacional, pela sua verdadeira importância.

A administração estadual tem convergido sua atenção a

todos os nossos problemas de base; atacando-os com vontade incomum para dar-lhes a solução adequada e necessária à consolidação de metas básicas de nosso desenvolvimento.

Conseqüentemente, se nós nos expressamos aqui em memorial, em dias antes, não teríamos no outro memorial que encaminhamos aqui, condições de fazermos críticas ao Governo do Paraná que está empenhado realmente especialmente no setor de educação. Está empenhado para dar à criança, quando atinge a idade escolar, a sala de aula para que seja matriculado, para não atrasar esta criança no início de sua vida, cujo atraso irá se refletir na vida desta, quando adulto.

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos).

Conseqüentemente, não procede aqui a crítica que o jornal fez, nós fizemos um memorial no sentido de colaborar com o Governo e colaborar com o Prefeito de Guaraniáçu para a solução do problema que diz respeito ao setor de educação em Guaraniáçu.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para que conste dos Anais da Casa este formidável artigo do jornalista Carlos de Castelo Branco, publicado na "Gazeta do Povo" de ontem.

(Lendo): "Direito de Defesa e Legalidade.

Com o louvável intuito de atenuar os rigores do Ato-5, o Senador Jarbas Passarinho sugeriu que a aplicação das penalidades nele previstas fosse atribuída ao Superior Tribunal Militar. Coube ao Senador Gustavo Capanema, com seus conhecimentos especializados de ciência jurídica e com sua habitual lucidez, esclarecer que esse assunto não é de Tribunal, dado que as punições previstas naquele ato, como nos demais atos revolucionários, é de natureza estritamente política. Conselho para aplicá-las já existe. É o Conselho de Segurança Nacional. Só que deixou de se reunir regularmente para debater as denúncias e para que seus membros se pronunciassem sobre elas, como acontecia no princípio. A operação hoje é deliberada pelo Presidente da República que baixa o decreto de punição e manda recolher "a posteriori" as assinaturas dos componentes do Conselho de Segurança Nacional.

Disse Capanema que o problema dessas punições políticas está no fato de que se negue aos denunciados o direito de defesa. Se tal lhes fosse permitido a defesa poderia ser apresentada ao Conselho, o que teria como pressuposto a tomada de conhecimento pelo réu do teor da denúncia. Para isso, todavia, não há remédio. Não há tribunais para julgamento de crimes políticos. Somente o poder político aplica punições políticas ainda que o poder se esconda sob o nome de um Conselho ou de um Tribunal de Segurança como aquele dos tempos de Getúlio Vargas. Não há dúvida de que o prévio conhecimento da denúncia e o contraditório processual poderiam impedir excessos do arbítrio, impondo mais cuidado na aplicação de penalidades.

A tese do Senador Passarinho procura substituir ou simplificar a tese defendida ultimamente pelo Senador Petrônio Portela da criação de um Conselho de Estado. Composto de representantes dos três poderes e incluídos nos seus quadros de líderes da Oposição no Senado e na Câmara, tal Conselho parece ser uma fórmula válida para conduzir constitucionalmente a decretação de estados de sítio ou de emergência, sob sua vigência seriam suspensos determinados direitos e garantias dos cidadãos. O Conselho, todavia, não poderia ser ao mesmo tempo o órgão político imaginado a um Tribunal para impor sanções por delitos políticos.

Sua competência deveria limitar-se ao julgamento da oportunidade e das razões da decretação de emergência e da definição das garantias constitucionais a serem suspensas.

As pessoas que fossem presas, demitidas ou afastadas do exercício de mandatos ou cargos públicos permaneceriam nessas condições até o fim da exceção da emergência. Esgotado o prazo definido pelo conselho pela vigência das medidas excepcionais, a imputação de delitos contra ordem pública, deveria ser encaminhada aos tribunais civis ou militares, conforme o caso, para que, assegurado o direito de defesa, estes resolvessem nos termos da lei e, segundo as provas dos autos, da aplicação de penalidades previstas na Constituição ou na Lei de Segurança Nacional.

As penas políticas têm a duração dos processos políticos. Pouco importa que os Presidentes da República com seus poderes atuais, suspendam direitos políticos por dez anos ou por prazo maior.

Se permanecer a vigência do Ato 5 e dos seus Atos Complementares, os cidadãos atingidos pela medida estão fora da vida pública por todo o resto de suas vidas. Cessado o estado de exceção, restaurada a ordem jurídica, os abusos do poder discricionário não perdurarão e os adversários do atual regime readquirirão rapidamente sua plena cidadania. Isso não chegou a ocorrer no curto período de restabelecimento da ordem Constitucional, entre março de 67 a dezembro de 68, pela precariedade da ordem legal, à qual se sobrepunham um "fundo de quadro" militar bastante agressivo que iria provocar em pouco tempo nova sortida contra a legalidade ou novo surto revolucionário, conforme a terminologia adotada. Não houve tempo para o funcionamento dos mecanismos constitucionais e para a tomada de consciência do que significa uma plenitude democrática. Os tribunais se incumbiriam de eliminar dispositivos inseridos na Constituição, mas contrários à índole do regime.

O problema que vive o País é o da reconquista da normalidade democrática. Em função dela, poderão se assegurar ao Estado, instrumentos de defesa ou "salva-guardas eficazes", mas não se poderá submeter o cidadão a punições por motivos sigilosos e sem direito de defesa e de julgamento por tribunais regulares. O equilíbrio institucional está na forma clássica, o governo governa e para isso pode propor leis e encaminhar denúncias; o Legislativo vota as leis segundo critérios estabelecidos na Constituição; e os tribunais aplicam as leis, julgando as infrações a elas. Fora disso, não há salvação. Não há regime nem segurança quando um só cidadão governa, faz as leis e distribui a Justiça. Dessa situação é que se quer sair e acreditamos que o Presidente Geisel, embora venha recorrendo aos poderes absolutos que estão ao seu alcance, gostaria de contribuir para que saíssemos desse quadro irrealista e inquietante".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esse Governo, tão pródigo em se autopropalar por um volume incessante de uma propaganda sistemática, como o maior e o melhor dos quantos o Paraná já pode desfrutar, tem, entretanto, a contestar-lhe essas afirmações, algumas evidências que se detectam no dia a dia, da vida do Paraná.

Um desses aspectos, Srs. Deputados, é o que tange à segurança da vida humana e da propriedade. Na previdência, que deve manter o Estado, por dever seu, evitando que sinistros ocorram e quando impossível de prever-se e deter-se, fornecer as condições para que o seu combate seja efetivo, para que o seu combate possa realmente apresentar condições.

O problema é de Curitiba; o problema é de tantos e tantos municípios desse Paraná.

Ainda há poucos dias, ou ontem mesmo, passou por esta tribuna, o eminente Deputado Nelson Buffara, mais uma vez relatando fatos ocorridos no município de Paranaguá, que em pouco espaço de tempo, viu a cidade, três violentos incêndios a destruir propriedades, a gerar pânico, a criar danos, e não viu a cidade até agora, qualquer atitude por parte das autoridades

responsáveis, qualquer atitude capaz de prevenir e de combater com efetividade estes sinistros que volta e meia ocorrem.

Poderia, Senhores, alargar a consideração sobre estes problemas, no que respeita ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, dizendo-o mal equipado, dizendo-o mal remunerado, dizendo-o sem condições técnicas e materiais para dar cumprimento à sua atividade.

Poderia explicar-lhes, Senhores, que Curitiba, vive e vive constantemente em sobressalto em razão desses fatos. E não é por falta de estar o próprio Corpo de Bombeiros a clamar e a reivindicar o seu reequipamento, a sua modernização; não é por falta de que os mais sensíveis e aqueles que estejam a prever estes fatos, venham permanentemente alertar ao Governo e às autoridades, pelo descaso com que tratam estas questões, pelo descaso com que tratam esses problemas.

Mas prefiro, Senhores, hoje, ficar no problema do município de Paranaguá, um dos mais importantes município deste Estado, que vive por sua condição de porto, uma natureza "sui generis" no que respeita a necessidade de segurança redobrada.

Paranaguá, como porto, possui um cais de inflamáveis, ali armazenando quantidades formidáveis de materiais combustíveis. Há pouco tempo lá irrompeu um incêndio. Foi preciso uma mobilização de todas as forças, até mesmo uma convocação à comunidade, para que se debelassem em tempo as chamas.

Pouco tempo depois, um outro incêndio destruiu quase meio quarteirão no centro de Paranaguá. E agora, nesta semana, como relatou o eminente Deputado Nelson Buffara, mais outras propriedades foram atingidas e foram destruídas.

O Corpo de Bombeiros de Paranaguá está desaparelhado. Não tem condições para fazer face nem mesmo ao atendimento de uma cidade comum, muito menos a uma cidade que apresenta condições especialíssimas de Paranaguá na sua posição de porto. Tenho visto desfilar por esta tribuna em todas as ocasiões, o Deputado Nelson Buffara, também de lá originário.

E tenho vistos patéticos apelos de S. Exa. através desta tribuna ao Governo do Estado, através de requerimentos, através de apelos, através de sugestões, através de sua palavra. Nem o papel nem a palavra conseguiram atravessar a rua, ou conseguiram sensibilizar os homens do Palácio Iguazu. Continua o Corpo de Bombeiros de Paranaguá desaparelhado.

Venho hoje, Srs. Deputados, para pretender uma atitude mais positiva, para pretender uma atitude mais incisiva, procurando materializar aquilo que os apelos não conseguiram, trazendo à apreciação desta Casa, com o endosso e a solidariedade do eminente Deputado Accioly Neto, também de Paranaguá originário, também responsável por destinos daquela cidade, também representante de parcela daquela comunidade, trazer à consideração da Casa projeto de lei. Este, determinando que no prazo de 60 dias da aprovação da lei proceda-se à aquisição do material nela especificado, aparelhando convenientemente o destacamento do Corpo de Bombeiros do município de Paranaguá.

E já quero também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que outras vozes não se levantem, para tentar estigmatizar a proposta como inconstitucional, vendo nela qualquer vício de ilegalidade, quero afirmar que o orçamento do Estado, o orçamento anual que passou por esta Casa, mesmo por ela não votado, por aqui passou, o orçamento do Estado, prevê, fixa e dispõe recursos para que o Governo do Estado atenda a este tipo de necessidade, a este tipo de atitude proposta.

O projeto de lei tem o seguinte teor: "Art. 1º - O Poder Executivo adquirirá no prazo de 60 dias a contar da publicação desta lei, duas viaturas de combate a incêndios para o destacamento do Corpo de Bombeiros do município de Paranaguá.

Artigo 2º: As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento anual através do código 2301.074 01832.335 - órgão administração geral do Estado, unidade encargos gerais do Estado".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo à consideração da Casa este projeto de lei e, com ele, a aflição, o medo e o drama que vive uma das mais importantes cidades do Estado do Paraná.

Quero também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer a V. Exas. que tentarei apressar a tramitação deste projeto diante da necessidade de premente e inadiável de se reequipar aquele destacamento.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, no Pequeno Expediente. — (Pausa). — Tendo declinado, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci. — (Pausa). — Tendo declinado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preto no branco, conceituação que se dá à gíria popular. A fórmula objetiva e até jurídica para se instalar contrato de obrigações ou prestação de serviços. Preto no branco, em jornalismo define-se espaço vazio, de papel límpido entregue a um vulgo Marquês de Maricá ou de Piquiri ou da "cocha-bamba" para falar o que quer, para manifestar o seu sentimento mórbido de incapacidade para o exercício do jornalismo. Deixamos isso para lá. Quanto à sua personalidade, já deixamos claro, desta tribuna, por muitas e muitas vezes, e nem sequer recebemos desse que se diz colunista, de um dos grandes jornais de Curitiba, qualquer forma de contestação. O que nos traz ressentimento na oportunidade é que o Governo do Estado do Paraná, representado nesta Assembléia por uma lídima bancada, educada, polida, inteligente, astuta, capaz de defender o Sr. Governador até nos mais imperdoáveis erros, que é comum cometer o Executivo na sua caminhada de administrador.

Tem a esta bancada um líder, cuja intelectualidade se prega mas eu nunca ouvi, nunca vi, esta intelectualidade. E o pior, que este líder desencorajado de usar a tribuna que é sua porque é do povo, de usar das suas condições de liderança, que é o seu dever, vá até o "Marquês de Maricá" e dê uma notinha contra nosso pronunciamento desta tribuna. Eu já disse, continuo dizendo e direi muitas vezes, intelectualidade e individualidade dependem de acessórios de relevante e importância, este aspecto puro de personalidade humana, só é aparente naqueles que procedam com respeito, com dignidade e, acima de tudo, com decoro para com os seus semelhantes.

É pena, que possa imaginar o líder do Governo, que faço esta acusação porque S. Exa. não está presente. Eu faria com muito mais prazer, com muito mais satisfação e muito mais honrado eu ficaria neste momento, se S. Exa. estivesse presente. Se o fiz agora, é porque o horário, este horário, este agora, foi a mim reservado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conforme decisão por mim anunciada ontem desta tribuna, me permito, com reserva do sigilo do nome da signatária, proceder a leitura da carta a mim enviada, do município de Jardim Alegre, na qual o missivista procede queixas e reclamações contra a SANEPAR, fazendo caracterizar as extorções havidas nos lançamentos de taxas correspondentes ao consumo de água.

Antes de proceder a leitura da missiva, cumpre retrospectar fatos que carecem de medidas saneadoras. Fatos estes que ocorrem constantemente e, principalmente nos três órgãos de Economia Mista, de grande destaque do Governo. E os maiores contactos público e econômico com a população do Paraná: SANEPAR, TELEPAR e COPEL. Esses três organismos prestadores de serviços públicos, além de operarem na maioria das comunidades do Paraná, prestam a estas comunidades, quase que na sua totalidade, os piores serviços que já se poderia conhecer em qualquer oportunidade.

O missivista de Jardim Alegre faz inclusive anexar duas fo-

tocópias de recibo de pagamento, para facilitar e dar justeza à sua declaração em cujos recibos verificamos com clareza indubitável, avanço desta empresa de serviços públicos, na economia particular.

Senão vejamos: 1º recibo — “Qualificação — Endereço: Rua Santa Rita, 112. Data de apresentação: 28 de março de 1977. Data de Vencimento: 15 de abril de 1977. Valor a pagar: Cr\$ 17,25”.

Já o recibo correspondente ao seguinte, nele encontramos as seguintes características de qualificação: “data da apresentação: 01 de maio de 1977. Data de vencimento: 16 de maio de 1977. Endereço: Rua Santa Rita 112; valor da conta, 399 cruzeiros e 40 centavos”.

E uma observação característica de todos os recibos destes organismos mistos, produtores de serviços do Governo: “Se o pagamento não for efetuado no dia do seu vencimento, o contribuinte pagará, 10 por cento sobre o valor arbitrado. E ficará sujeito ao corte do fornecimento”.

Característica formal, tanto da TELEPAR, como da SANEPAR, da COPEL e de outros par, par que se inventaram neste Paraná para assacar a economia popular dos paranaenses.

A nosso ver, a ilegalidade flagrante que o Estado pratica está aí caracterizada. Presume-se com a finalidade única de proteger os grupos de capitais de serviços a ele ligados. Abrigam de forma violenta e injusta, o assaque maldoso contra os usuários destes capitais de serviços.

Passaremos, Sr. Presidente, nesta oportunidade, a proceder a leitura na íntegra da correspondência por mim recebida do município de Jardim Alegre. Omitindo entretanto, pelo menos por enquanto, o nome da reclamante. Porque, além do mal que esses departamento fazem, eles ainda se revestem da perigosa autoridade de perseguir aqueles que têm coragem de reclamar sobre os assaques violentos dos quais têm sido vítima por parte de órgãos oficiais ou médios oficiais. (Lê):

“Jardim Alegre, 13 de maio de 1977.

Sr. Deputado.

Tem esta a finalidade de solicitar a V. S. levantar o problema do mau atendimento dos órgãos públicos existentes em nosso município, pois achamos que é o único lugar em que pode haver “eco” os pedidos de socorro do povo (Câmara dos Deputados).

Iniciando pela SANEPAR: Falta de água a qual já foi denunciado e estão tomando providências (pelo menos não tem faltado água). Quanto ao orçamento das taxas de consumo de água, nós temos pago sempre de Cr\$ 18,00 a Cr\$ 21,00 quando este mês fomos contemplados com uma conta de 126 m³ de água gasta a Cr\$ 399,40. V. S. acha que é possível uma coisa destas?

Bem, disseram que podia recorrer, fomos falar com um funcionário, ele nos disse que podia ser engano na hora de bater o talão, ficou de vir verificar o relógio naquele dia ou no seguinte, até hoje não apareceu (dizem os que já passam por isso que eles vão embrulhando até que um dia chega um aviso de corte).

TELEPAR: O nosso telefone apresentou defeito dia 26 de abril. Reclamamos três vezes em Ivaiporã que dizem que é onde ficam os técnicos, algumas vezes eles dizem que como é período da tarde eles virão no outro dia de manhã, se é de manhã, dizem que só virão à tarde, se é sexta-feira, dizem que só virão na segunda-feira e até agora não vieram, outras vezes dizem que têm que reclamar em um centro que só atende “e muito mal”.

Os funcionários parecem — conclui o missivista — serem adestrados para praticarem malcriação, insultos e ação de falta de respeito aos contribuintes.

Como vêm, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é fácil perceber que o missivista representa, acima de tudo, uma manifestação da sua angústia, a angústia de milhares de pessoas deste Paraná que têm que se servir de super-órgãos prestadores de serviços do Estado, tomando-os, compulsoriamente escravos econômicos

destes monstros proliferadores e assacadores da economia particular dos paranaenses.

Está aí a EMOPAR, este último bicho de sete cabeças, dragão intragável, monstro criado por este próprio poder assacando a economia das municipalidades, arrancando a alma porque o coração econômico dos municípios já foi arrancado, por decisões esdrúxulas deste sistema de Governo que se instalou neste País.

Está aí a EMOPAR, a TELEPAR, a SANEPAR e um punhado “par”, participante da violência do assaque da economia popular e até da economia pública. Tem o aparte o Deputado Gilberto Carvalho.

○ Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, cheguei, V. Exa. já se encontrava na tribuna e não pude acompanhar o seu pronunciamento desde o início. Mas, pude notar que fazia referência ao município de Jardim Alegre. Nobre Deputado, lamento dizer a V. Exa., o seu correspondente de Jardim Alegre, não está informando bem V. Exa. V. Exa. há poucos dias apresentou um projeto, criando o Distrito de Lidianópolis no município de Jardim Alegre, cujo distrito, já distrito judiciário. V. Exa. pediu a criação de distrito administrativo. Agora, há pouco, nós vimos fazer a reclamação com referência a água da SANEPAR. Telefonei ontem para lá, e fui informado de que na realidade, em Jardim Alegre faltava água, porque houve umas avariações na captação de água, e que já foi solucionado e que não tem faltado água, mais, em Jardim Alegre.

Mas, veja bem V. Exa. que pela carta, dizia que não tinha água, e um contribuinte alega que veio uma conta de 126 metros cúbidos. Se veio a conta, diz ele, é porque tinha água.

A EMOPAR, graças a EMOPAR, os municípios tiveram condições de atender melhor à rede escolar, os outros órgãos do Estado que lá estavam fazendo economia para o Estado e dando melhores condições de funcionamento às repartições públicas no interior, porque o que tem acontecido, os Srs. Prefeitos mandam fazer um orçamento, que é visado pelo Engenheiro residente, e esse orçamento vem à EMOPAR, é firmado um convênio com os municípios, e o municípios executa a obra recebendo o total do valor. Possibilitando assim, que pedreiros, carpinteiros, do próprio município tenham a mão-de-obra no seu município, evitando contratação de firmas empreiteiras que lá vão tendo que fazer canteiros, gastando muito mais o Estado e muitas vezes, não satisfazendo o município. V. Exa. talvez alega o acréscimo ou talvez despesas, porque sobra dinheiro, e acredito que sobra, porque é feito um orçamento dentro da realidade. E o município muitas vezes executa com seus próprios funcionários e sobra recursos. E esse recurso é aplicado em favor do município. Portanto, o beneficiado é o município, não é o Prefeito.

Acho que os municípios têm sido favorecidos com a EMPAR, que tem atendido muito bem os municípios, e por isso nós estamos vendo, constantemente, pedidos de Prefeitos, para fazer convênio com a EMOPAR.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado.

É pena que V. Exa. como um dos representantes daquela região, queira conturbar a verdade dos fatos, talvez querendo mostrar a este Parlamento a sua preocupação em esconder talvez um erro gravíssimo cometido por seu procedimento político naquela localidade.

Primeiro, Lidianópolis, não é município, não é distrito judiciário, lá existe um cartório político, levado pelos representantes do governo naquela localidade, mas este cartório pertence a um outro município. A não ser que V. Exa. me prove, com documentação, porque a contestação de V. Exa. é malévola e eu não vou acatar. Peço a V. Exa. que traga a documentação para provar o contrário.

Segundo: EMOPAR. Este Parlamento, fazem cinco meses que vota na constância dos dias e deve constar da pauta de hoje, e nenhuma outra matéria se dá um amontoado de convênios,

nunca visto até hoje, no Paraná, para dar serviço a um monstro criado por este próprio Parlamento. O missivista é pessoa das mais dignas daquela localidade. Talvez resida na região por muito mais tempo do que V. Exa.. Pessoa digna do mais alto respeito e consideração. Não é um falso informante, como V. Exa. quer qualificar.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. me permita que eu faça considerações que acho justas que se faça sobre o seu procedimento. V. Exa. jamais poderá se defender condenando. Só terá o direito e poderá se defender, usando aquilo que usamos, a verdade e sem medo.

Sr. Presidente, concluindo, a minha denúncia.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. me permite mais um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Concederei se eu tiver tempo, concederei.

Nós, requeremos, nesta oportunidade, esclarecimentos da SANEPAR, sobre o fato da denúncia que nessa oportunidade formularemos. E o nosso requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei e tendo em vista queixas e reclamações de consumidor de água e outros serviços da SANEPAR; município de Jardim Alegre, requer após ouvido o Plenário, as seguintes informações daquele organismo responsável pelo serviço de água e esgotos na maioria dos municípios do Paraná.

I — Qual é o motivo da violenta diferença de consumo debitado ao mesmo cliente ou consumidor no espaço de 30 (trinta) dias conforme se verifica nos documentos anexos.

II — Em que lei o dispositivo legal a companhia se ampara para proceder acréscimo de 10 por cento, nas contas não pagas na data do respectivo vencimento.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1977”.

Complementando, Sr. Presidente, existe de fato, numa flagrante violência, à própria instituição do Direito, ao próprio organograma da própria justiça, um cartório funcionando em Indianópolis. E esse cartório pertence ao Distrito de Borrazópolis.

Neste Paraná se faz tudo. Neste Brasil se faz o que quer. É só ser da ARENA, é só ser Governo, só bater palmas aos poderosos. Mas eu prefiro ser do povo. Prefiro ficar ao lado da verdade e da justiça. Prefiro ser resistência democrática e contestador desses erros que prejudicam a economia, o respeito, a dignidade e o decoro do povo brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. — (Pausa). — Não se encontrando no recinto, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, havia solicitado a inscrição para o dia de amanhã devido as ausências verificadas.

Sendo chamado agora, devo declinar e solicitar a V. Exa. que me inscreva para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Defiro o seu pedido.

Consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro se deseja ocupar o Expediente que lhe é reservado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Tendo declinado, consulto à Liderança da ARENA se deseja ocupar o Expediente que lhe é reservado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, destes 15 minutos da ARENA, nós concederemos 10 minutos ao Deputado Dácio Leonel e 5, eu reservo para responder ao Deputado Lúcio Machado em relação aos documentos que apresentou e que contestei agora há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero registrar o telegrama que recebemos do Sr. Aniz Abud, Prefeito Municipal de Lupionópolis, em que diz: “Verificandolavroucafeieira deste Município, e circunvizinhos, nada sofreram com geadas.

Atenciosamente,

Aniz Abud,

Prefeito Municipal de Lupionópolis”.

A propósito aliás, a “Folha de Londrina” hoje, em sua primeira página, estampa a manchete: “Técnicos afirmam que os danos no café foram insignificantes.” Indiscutivelmente, já é uma notícia auspiciosa para todo o Estado do Paraná e para esta Pátria.

Mas, Sr. Presidente, o que nos traz a esta tribuna hoje, é para dizer que coisas incríveis estão acontecendo no setor educacional de Londrina, por total descaso da administração municipal.

Ainda outro dia comentava desta tribuna a luta dos moradores do Jardim dos Bancários, na busca de melhorias do Grupo Escolar Gabriel Martins.

E trouxemos ao Governo o apelo daquela gente.

Estudos foram realizados e com recursos do FAAS, foi programado a construção de belíssima unidade escolar para atender o Jardim Bancários, com mais de 850 metros quadrados de área construída — todo em alvenaria.

Seria a possibilidade de maior número de matrículas.

Ocorre que pelo tamanho da obra, seria insuficiente o atual terreno ocupado pela escola, havendo necessidade de um outro lote anexo — cujo lote pertence ao Município de Londrina que por sua vez o recebeu em doação.

Para atender as exigências do programa do FAAS, deveria a Prefeitura fazer a doação dessa área para a FUNDEPAR, após o que, de imediato seria feita a concorrência e iniciada a construção da nova escola.

Resta apenas que a Prefeitura de Londrina decida fazer a doação.

Criado esse entrave, não pode a obra ser iniciada e o grande prejudicado é o estudante, é a criança que aguarda sua nova escola, é a mãe que vai ter que matricular seus filhos em escola mais distante.

E todos sabemos que a educação não tem cor política, que para as crianças o que importa é a escola, seja ela feita pelo meu partido, a ARENA, ou pelo MDB.

E a escola que poderia estar quase pronta, nem sequer foi começada.

Tanto é verdade que as outras unidades escolares do mesmo programa, já se acham em fase adiantada, como é o caso das unidades escolares do Horto Florestal, do Itamaraty, do Parque das Indústrias, do Waldemar Hauer, do Jardim Paraíso, e do Nilo Peçanha — na Vila Nova.

E agora nos chegam de Londrina outras informações onde o “estudante” é que continua a ser prejudicado.

Tivemos na semana passada a realização em Apucarana dos Jogos Estudantis.

Foram eles realizados também em vários outros pontos do Paraná.

Jogos Estudantis que representam a participação dos municípios, através de seus estudantes e não de colégio ou escolas isoladamente.

Tanto é assim que o Departamento de Educação Física e Desportos encaminhou os convites às Prefeituras Municipais, as quais, por sua vez, comandaram os estudantes de seus municípios, dando-lhes as condições de participação.

E assim também se fez na Região Norte, com os jogos realizados em Apucarana e do qual participaram nada menos de 25 municípios.

A Autarquia Municipal de Esportes de Londrina recebeu o

o convite e, pasmem os Srs., calou-se. Somente depois de esgotado o prazo para as inscrições é que o encaminhou à Inspetoria Regional de Ensino de Londrina, com a incrível informação de que não iria participar dos jogos estudantis.

O muito que teria que oferecer seria a condução para os estudantes londrinenses e os uniformes da cidade.

Era Londrina que estaria representada, não eram camisas ou uniformes de partidos políticos.

"Reuniram-se os professores de educação física e entenderam que qualquer sacrifício valeria a pena, pois o importante era Londrina estar presente na competição amadorista.

Começou aí, o grande drama.

Buscou-se na ajuda de colégios particulares um apoio e pela importância da competição, a resposta foi positiva.

O Anglo-Americano e o Canadá, ofereceram não apenas condução para o transporte de estudantes, mas até mesmo pequena ajuda financeira.

E foi assim que Londrina, com ônus até mesmo para os professores que muitas vezes tiveram que pagar condução para estudantes, já que as conduções conseguidas não eram suficientes, conseguiu participar dos jogos estudantis.

Mesmo fora de tempo, Londrina conseguiu ainda sua inscrição já que foi um órgão da Prefeitura que deixou o tempo se esgotar.

E era importante participar, sob pena de Londrina ficar de fora nos próximos Jogos Abertos, uma vez que para deles participar, uma das exigências é a de que o município participe dos jogos estudantis.

E que culpa têm esses quase cem atletas estudantes de Londrina que quase ficaram marginalizados da competição?

Seria tal atitude uma tomada de posição política?

Mas que tipo de política é essa que só traz prejuízo ao estudante, quando dele só se exige a condição de atleta, sem perguntar-se qual a sua filosofia política?

E vieram os jogos estudantis em Apucarana.

Todos os municípios ostentavam com garbo os uniformes de suas cidades, com exceção de Londrina.

Londrina jogava, ora com o uniforme do Anglo, ora com uniforme da ACEL, ora com o uniforme do Canadá.

A Capital do café, a grande metrópole não usava uniforme com o nome da cidade.

O que importava na verdade era o coração vibrante do jovem londrinense, que mesmo desconsiderado pelo poder público de seu município, estava presente, competia com amor e via em cada vitória a vitória da sua cidade.

Pouco lhe importava saber se ele pode ou não realizar seus treinos no Ginásio de Esportes de Londrina, no famoso Moringão...

Pouco lhe importava lembrar se o Moringão tem sido mais útil para bailes carnavalescos ou para shows de artistas famosos, ao invés de ser posto a serviço da nossa juventude.

E com todos os embaraços, Londrina chegou a não poder disputar uma semi-final de Voleibol masculino contra Santo Antônio da Platina, porque nesse dia faltou condução.

Mas, ainda assim fez o que pode.

Obteve o 5o. lugar em handebol masculino, o 4o. lugar em voleibol masculino, o 3o. lugar em basquetebol feminino, o 2o. lugar em voleibol feminino, conquistando o título de campeão de handebol feminino e campeão de basquetebol masculino.

Isso tudo, graças à formidável equipe de professores composta por Nádio Domingues, Gilson Vital Moraes, Marival Mazzio, Ângelo Takahara, Edson Campos, Kazushige Tanno e Carlos Vidal.

Lamentando a criminosa omissão dos responsáveis pelo esporte amador em Londrina, pelo péssimo exemplo que deram a essa juventude que deseja apenas participar, devemos no entanto, prestar as nossas homenagens aos quase cem atletas

que foram representar Londrina e aos incansáveis professores que souberam enfrentar as dificuldades, aos quais graças ao idealismo e ao amor à terra, Londrina deve agradecer por não ter passado um vexame ainda maior."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Perdoe-me Deputado, solicitar o aparte a V. Exa. quando o assunto nos parece evidentemente, doméstico, do seu município, do município de Londrina. Não pretendo entrar no varejo das imputações que V. Exa. traz à administração municipal, mesmo porque o MDB tem nesta Casa, entre os seus Deputados, três deles, que Londrina para cá mandou, e sei que pela vez deles, poderiam botar cobro nas afirmações de V. Exa. Certamente o farão no momento oportuno, no momento necessário.

Queria apenas por dever de justiça ao aparté-lo, deixar aqui a minha estranheza, diante do quadro que V. Exa. pinta.

O eminente prefeito de Londrina, Antônio Belinati, Vereador daquele município; Deputado Estadual mais votado no Paraná, quando concorreu à eleição de uma cadeira nesta Casa; Deputado Federal, o mais votado do Paraná, quando disputou a Câmara Federal. E em todas as ocasiões, trazendo entre a sua formidável votação, um percentual de alto peso constituído por eleitores do Município de Londrina. Até que culminou a vida pública de S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de Londrina, com a consagrada votação que recebeu na última eleição, colocando-o à frente dos destinos daquele município.

São mais de 9 anos de vida, dedicada à comunidade, ao Município, ao Paraná e ao Brasil. E agroa voltados exclusivamente me parece, à gente londrinense. São 9 anos de esforços e dedicação e sacrifício, que V. Exa. pretende, eminente Deputado, me perdoe dizer que V. Exa. pretende desmanchar por 90 dias de administração.

Era o reparo que eu queria fazer em homenagem à figura talentosa, trabalhadora e brilhante do Prefeito Antônio Belinati.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço o aparte de V. Exa. e ainda aproveitando, não obstante eu pretendo dar a tribuna ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, apenas dizer a V. Exa. que no meu pronunciamento que V. Exa. atentou bem, eu procurei nem sequer mencionar o nome do Prefeito de Londrina. Procurei não mencionar que partido político estivesse tomando esta posição.

Tentei, efetivamente, naquilo que disse, fazerem com que não se sentisse que era uma tomada de posição política. Porque na verdade o que nós estranhemos, o que nós sentimos, foi a ausência total.

Os fatos que trouxemos à tribuna, posso garantir a V. Exa. são incontestáveis. Não haverá nenhum Deputado da Oposição capaz de contestar aquilo que dissemos da tribuna, porque nós estávamos dizendo a pura verdade.

Tanto é verdade que fomos a Londrina, nos reunimos com todos os professores de educação física que participaram desses jogos e ouvimos o relatório completo de todos eles.

Lamentavelmente a Prefeitura do Município de Londrina, através da sua autarquia municipal de esportes, ficou absolutamente fora. Não deu amparo aos estudantes.

E se nós fôssemos partir para o campo político, deveria, Sr. Deputado, eu deveria estranhar que há algum tempo atrás o Sr. Antônio Belinati encaminhou para a Câmara de Londrina um projeto de lei pedindo a verba de 3530 mil cruzeiros, milhões antigos, para que a autarquia municipal de esportes de Londrina, que deveria cuidar dos estudantes, pudesse promover o concurso de Miss Paraná. Esta verba foi pedida, mas quando a comissão deu parecer contrário, S. Exa. retirou o projeto.

Se eu quisesse partir para este campo, talvez tivesse investido em outras áreas. Estou apenas fazendo apelo, porque teremos os jogos abertos em outubro e não queremos que a Prefeitura fique alheia; porque teremos no próximo ano os jogos

estudantis. Porque estamos esperando a construção de uma escola e queremos a participação. A minha posição aqui não foi para combater o Prefeito, que é do MDB, mas sim para apenas clarear os fatos e esperar que faça uma resposta afirmativa e positiva; uma resposta em que alinhemos o mesmo sentido: a criança, o estudante e possamos marchar juntos.

Era só.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença, neste plenário, do Prefeito Municipal de Barboza Ferraz, Sr. Odílio Bolinotti.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamento ter que ocupar esta tribuna, porque não poderia deixar passar por mentiroso, quando contesto um pronunciamento feito da tribuna há poucos instantes, pelo Deputado Lúcio Machado, com referência ao Município de Jardim Alegre.

Jardim Alegre está situado na região do Vale do Ivaí; município que vem sendo muito bem administrado, na gestão passada pelo Prefeito Algemiro Hegg, e nesta administração pelo Prefeito Messias, que vem proporcionando um ritmo de progresso e desenvolvimento àquele município, graças à compreensão do seu povo que sabe escolher seus representantes.

Jardim Alegre é um município que nos orgulhamos de pertencer à região do Vale do Ivaí. Serviço de água de Jardim Alegre, que vinha funcionando antes pelo município e depois, quando precisava de uma ampliação e de melhora das suas nascentes, foi transferido para a Sanepar.

Nós sabemos que o serviço de abastecimento de água é difícil e depende de projeto. E o projeto concluído, a compra de material não se acha para pronta entrega. Então vem também a demorada contratação.

E houve, na realidade, uma demora na execução do serviço em Jardim Alegre. Mas Jardim Alegre hoje está sendo abastecida sem mais aqueles problemas antigos de falta de água.

Não vamos, nobre Deputado, procurar rejeitar o requerimento de V. Exa., encaminhado à SANEPAR.

O que nós não concordamos é com os termos usados, mas queremos que a Sanepar responda.

E, ao requerimento, nós daremos apoio, para que venha a informação que V. Exa. pede.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. permite um aparte?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu concedo já, neste instante.

Com referência ao distrito, que eu disse que o distrito já era criado, e V. Exa. me pediu que trouxesse provas, eu vou ler, quanto a isto, a lei aprovada por esta Casa.

E não era no tempo, nesta época não existia nem Arena e nem NDB, como V. Exa. afirmava que, sendo da Arena, tudo valia; não era Arena e não existia MDB. Nenhum dos dois partidos.

“Pela Lei 5083, de abril de 1965: transfere a sede do Distrito Judiciário de Ubá do Sul, Município de Ivaiporã, para o patrimônio de Lidianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, decreta e sanciona a seguinte lei: A sede do Distrito judiciário de Ubá do Sul, Município de Ivaiporã, fica transferido para o patrimônio de Lidianópolis.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Em 19 de abril de 1965.”

O Sr. Lúcio Machado — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Então está provado que Lidianópolis é a sede do distrito hoje e não mais Ubá do Sul.

Concedo o aparte, com todo o prazer.

O Sr. Lúcio Machado — Nobre Deputado, é muita incoerência

de V. Exa. quando diz a princípio que eu o chamei de mentiroso. Mentiroso é o cartório. Mentiroso é o cartório que existe em Lidianópolis porque não consta da organização judiciária.

E quando não consta da organização judiciária, o cartório existente é ilegal.

E a ilegalidade é flagrante, a não ser que V. Exa. prove através da organização judiciária.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, se estou lendo a lei aprovada por esta Casa, como é que não consta?

O Sr. Lúcio Machado — Peço a V. Exa. que reciba a informação que está dando. Foi uma lei...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Publicada em Diário Oficial em abril de 1965...

O Sr. Lúcio Machado — Mas não é instalação do cartório de Lidianópolis. Logo, não consta, nobre Deputado. Não adianta V. Exa. querer esconder o sol com uma peneira, usando os termos mais objetivos para que seja entendido, porque V. Exa. está querendo enfeitar a situação.

Inclusive, V. Exa. é um dos grandes preteridores de meu projeto de lei que há mais de um ano tem sido preterido por V. Exa., maldosamente, porque sempre respeitei os projetos de V. Exa. Quando passa na minha comissão, todo o movimento de imediato...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, V. Exa. está enganado, porque eu nem sabia e nem tinha conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — (Faz soar os tímpanos.)

O Sr. Lúcio Machado... a minha preocupação é procurar lavar a alma dos erros cometidos maldosamente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Vou concluir, Sr. Presidente, informando ao nobre Deputado que nem tinha conhecimento deste projeto, que eu só procurei localizar quando nós temos conhecimento da reclamação apresentada aqui, de que a Comissão Executiva estava impedindo a tramitação do projeto.

Esse projeto foi distribuído ao Deputado Accioly Neto em 01 de outubro de 1975, e o Deputado Accioly verificando, de que o projeto não estava em condições de ser apreciado pela Comissão de Justiça, pediu que se convertesse em diligência, para a complementação da documentação.

E só agora, que fui procurar localizar o projeto, e deu que faltava para ser completado, e fui surpreendido quando verificamos a existência de uma lei em que transferiu o distrito.

Se foi transferido, Lidianópolis hoje é sede do distrito.

Então não há condições de criar novo distrito. O que precisa, isto sim, é dialogar junto ao Tribunal de Justiça, para que complemente a documentação necessária junto ao Tribunal e não lei, criando distrito. Era o que eu tinha a informar Sr. Presidente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Accioly Neto e Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio.— APOIADO.

Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 03/77, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública, a “Casa de Artes e Ofícios Paulo VI”, com sede na cidade

de Ibiporã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 51/75.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Francisco Marinho de Andrade, ex-vereador e político atuante da cidade de São João do Caiuá.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de louvor para com o Município de Castro, pela brilhante participação nos Jogos Estudantis, recentemente realizados na cidade de União da Vitória.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de louvor para com a 18a. Inspeção Regional de Ensino de Londrina e com diversos professores, pelo idealismo e pelo trabalho que desenvolveram, no sentido de que os estudantes londrinenses pudessem participar dos Jogos Estudantis realizados na semana passada na cidade de Apucarana: APROVADO.

Requerimento de: autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo, assim como foi feito em outras áreas urbanas, efetue-se a pavimentação asfáltica do acesso ao Distrito de Água Boa, Município de Paissandu.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de que seja construído um novo prédio para a Delegacia Regional de Polícia de Maringá.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de gestionar junto ao BRDE, no sentido de ser restabelecido financiamento ao pequeno agricultor com recurso do referido estabelecimento através repasse para a ACARPA.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente consubstanciado em informações solicitadas à SANE-PAR, quanto ao serviço de água e esgotos na maioria dos municípios do Paraná, principalmente no de Jardim Alegre. APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19 — quinta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 87/76;

marcando ainda, uma sessão ordinária, para sexta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 117/76.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei números 18/77 e 14/77.

Levanta-se a sessão.